

## ACTA NÚMERO QUATRO

### ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BELMONTE, REALIZADA EM DEZANOVE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E OITO.

Aos dezanove dias do mês de Setembro de dois mil e oito, pelas 20:30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Belmonte, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Manuel Tomás Geraldês comigo, António Manuel Evaristo Duarte primeiro Secretário da Mesa e o Senhor Artur Alberto Mendes de Elvas Segundo Secretário da Mesa.

**Eleitos do PS:** Alfredo Guerra Martins, Eduardo Carlos dos Reis Gomes, José Proença Gonçalves e Isaura Freitas Ferreira.

**Eleitos do PSD:** Acácio Bernardo Nunes Dias, António Luís Nave D` Elvas, Francisco António Afonso Barata Silveira, José Carlos Dias Duarte Gonçalves.

**Eleitos da CDU:** Maria Dulce Ribeiro Pinheiro;

**Presidentes de Juntas eleitos do PS:** António Manuel Gonçalves Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte, Manuel Firmino Cameira Presidente da Junta de Freguesia de Inguias e Carlos Manuel Teixeira Amaro Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas.

**Presidentes de Juntas eleitos do PSD:** Paulo Jorge Dias Duarte Gonçalves Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal da Torre.

**O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** após ter verificado que existia quórum deu por aberta a sessão e leu o edital que deu origem à convocatória, informou que a Digníssima Assembleia iria funcionar com 16 presenças, registando-se a ausência da Senhora Isaura Freitas Ferreira e dos Senhores Alfredo Guerra Martins, José Proença Gonçalves, António Pinto Serra.

De seguida leu a ordem de trabalhos que, se transcreve:

- 1 – Aprovação das actas das sessões anteriores;
- 2 – 1º Período de Intervenção dos Senhores Munícipes;
- 3 – Período de antes da Ordem do Dia;
- 4 – Período da Ordem do Dia;
  - 4.1 – Fórum sobre Associativismo;
  - 4.2 – Informações do Presidente sobre a Actividade Municipal e Situação Financeira do Município;
  - 4.3 – Fixação do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2008;
  - 4.4 – Fixação da Taxa de participação variável no IRS, nos termos do artigo 20º da Lei das Finanças Locais;
  - 4.5 – Constituição da Resiestrela – Realização de Capital;
- 5 – 2º Período de Intervenção dos Senhores Munícipes;

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** informou a Assembleia que através de informação escrita tinha sido dado conhecimento da correspondência recebida e expedida.

## **1 – APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO REALIZADA EM TRINTA DE ABRIL DE 2008;**

**O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** informou que se iria proceder à votação da acta da Assembleia Municipal de Belmonte, realizada em 30 de Abril de 2008, tendo dado a palavra aos senhores deputados para as devidas correcções.

Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria, aprovar a acta da sessão ordinária realizada em 30 de Abril de 2008, com 14 votos a favor e com as abstenções das Senhoras Deputadas Maria Dulce Ribeiro Pinheiro e de Isaura Freitas Ferreira, por motivo de ausência na referida sessão.

De seguida submeteu à votação a acta da Assembleia Municipal de Belmonte, realizada em 20 de Junho de 2008.

Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria, aprovar a acta da sessão ordinária realizada em 30 de Abril de 2008, com 12 votos a favor e com as abstenções dos Senhores Alfredo Guerra Martins, José Proença Gonçalves e das Senhoras Maria Dulce Ribeiro Pinheiro e Isaura Freitas Ferreira, por motivo de ausência na referida sessão.

## **2 – 1º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES MUNICÍPES;**

**O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra ao público presente, não tendo havido qualquer intervenção.

## **3 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

**O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** declarou que estavam abertas as inscrições para o período antes da ordem do dia.

**A Senhora Deputada** Maria Dulce Pinheiro (CDU) apresentou uma moção:

Moção:

“Abertura do ano lectivo – o grande festim do Governo.

A CDU nunca se inibiu ou inibirá em saudar medidas que sejam positivas (e daqui aproveitamos para saudar o bom senso do executivo em não ter subscrito o protocolo de transferência de competências na área da educação do governo para a autarquia), e a CDU também nunca hesitou ou hesitará em criticar e alertar a sociedade para o que é negativo! É dentro desta linha, que nos caracteriza, que faremos esta nossa intervenção.

O ano lectivo que agora se iniciou fica marcado por um sem fim de acções propagandísticas do governo. Até os mais atentos se poderão sentir confundidos sobre o que verdadeiramente se passa nas escolas portuguesas. Vejamos:

Segundo o INE, na actual legislatura a educação foi o produto que mais subiu na variação do Índice de Preços ao Consumidor, com um aumento superior a 16%.

De acordo com o Inquérito às Despesas das Famílias 2005/2006 (INE) um agregado familiar com crianças ou jovens dependentes, gastou em média 571 euros por ano com educação.

Se nos debruçarmos sobre o Orçamento de Estado (OE) para a Educação vemos que nos últimos 6 anos (de 2002, último governo do PS, a 2008, o actual), a redução real de verbas na Educação foi de 22,2%.

ANO	VALOR ORÇ. EDUCAÇÃO	VALOR DO PIB	INFLAÇÃO	EVOLUÇÃO DAS VERBAS SE TIVESSE SIDO APLICADA INFLAÇÃO	PERDA REAL EM RELAÇÃO A 2002
2002	7.251 M€	5.6%	3.6%	7.251 M€	-
2003	5.730	4.2%	3.3%	7.323	21,7%
2004	5.820	4,0%	2.4%	7.396	21,3%
2005	6.102 *	4,1%	2.3%	7.469	18,3%
2006	6.099	4,1%	3.1%	7.543	19,1%
2007	5.984	3,7%	2.5%	7.618	21,4%
<b>2008</b>	<b>5.984</b>	<b>3,5%</b>	<b>3% **</b>	<b>7.694</b>	<b>22,2%</b>

- *Previsto: 5.693 Milhões; Rectificado: 7.317 M; Realizado: 6.102 M€*
- *\*\* Valor previsto*

Este ano o governo anunciou que no próximo ano vai investir como nunca na área da Educação. Disse que esse investimento se reflectirá em cerca de 3,5% de aumento nas verbas para a Educação. Ora, salvaguardando possíveis acertos para quando se conhecer de facto a proposta de lei para 2009, estamos perante um aumento muito insuficiente... Deduza-se a perda que resulta do valor da inflação e estaremos a falar de qualquer coisa como um aumento real de 0,5...

A CDU reafirma que um reforço no orçamento de meio por cento não justifica o *festim*. Justifica, isso sim, uma explicação atendível ao país, porque se assim for ficará muito aquém das necessidades a resolver...

Quanto às medidas «inovadoras» de Acção Social Escolar (ASE), ao contrário do que possa ter transparecido pela apresentação feita em Julho pelo Primeiro Ministro na AR, o seu alcance é limitado, ficando longe das necessidades da maioria das famílias que têm crianças e jovens a estudar até ao Ensino Secundário. Anunciou um reforço de mais 30 milhões de euros no OE2009 para pagar o alargamento dos subsídios de livros e material escolar. Todavia a realidade é esta: aquando daquele anúncio, o Governo já tinha assinado em Março uma Convenção com as Editoras para que, em 2008/2009 e 2009/2010, os preços de venda ao público dos manuais escolares do 1º ciclo e nos 2º e 3º ciclos do ensino básico venham a sofrer um aumento, em cada um dos anos, de respectivamente 5% e 6%.

E para que conste as actualizações dos valores da ASE para livros e material escolar variam entre os 50 cêntimos e os 6 euros.

As famílias que não beneficiam de qualquer apoio da ASE são responsáveis por mais de 50% das crianças e jovens que frequentam os ensinos básico e secundário. Apenas 23,9% dos alunos do Ensino Básico e Secundário vão ter acesso ao apoio do escalão A da ASE e do universo dos alunos, 21,9 % terão acesso ao apoio a 50%, ficando no escalão B.

Para termos uma ideia de quão restrito é o acesso ao escalão máximo da ASE, basta dizer que o agregado familiar, não poderá ter um rendimento superior a 407,41 euros por mês, no caso de ter um filho, isto é, um rendimento per capita de 135 euros por mês (27 contos). Mas se esse agregado tiver um rendimento bruto igual a dois salários mínimos mensais (852 euros), isto é 284 euros *per capita*, cai já no escalão C e não beneficia de qualquer apoio para refeições, livros e material escolar.

A grande maioria das famílias portuguesas está a ter um pesadelo reforçado quando confrontada com os custos deste regresso às aulas.

Afinal onde fica o Artigo 74º, nº2 da Constituição da República Portuguesa que diz: «Na realização da política de ensino incumbe ao Estado assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito e estabelecer progressivamente a gratuidade de todos os graus de ensino».

E por aqui podíamos continuar. Como esquecer o *foguetório* da entrega do Prémio ao melhor aluno, àquele que mais se esforçou... mas terá sido assim? Terão recebido os prémios os jovens que mais se esforçaram? Ou terão sido os que mais recursos e que até com pouco esforço conseguem bons resultados? É isto socialmente justo? Não seria mais proveitoso que se investisse nas escolas secundárias e em todas as outras, na criação de melhores condições para alunos, professores e funcionários? Não seria mais justo que se investisse esse dinheiro a criar oportunidades idênticas para todos poderem ter sucesso escolar e educativo?

A questão que se coloca é: uma despesa de mil euros por escola secundária (200 contos) de facto não chega para alcançar esse objectivo, mas tornou possível montar circos mediáticos, em que apareceram Primeiro Ministro, ministra da Educação, diversos ministros, secretários de Estado, autarcas,... a distinguir o melhor aluno e a mascarar a realidade...

Infelizmente também é assim no concelho de Belmonte com o prémio “Pedro Álvares Cabral”. É dado, em regra, a quem já tem maiores facilidades de poder obter sucesso. E é fácil de verificar que temos razão! Aqui fica mais uma vez o repto para que sejam revistos os critérios desse incentivo e possam ser adoptadas regras socialmente mais justas!

Já que de Belmonte falamos referir, reafirmar e reforçar as minhas palavras na rádio Caria acerca das responsabilidades autárquicas no domínio da educação.

Questão da rede de transportes escolares. Disse e reafirmo que o que existe é uma rede de transportes públicos onde são deslocados os alunos do concelho e onde as suas particularidades não são atendidas. Onde segundo consta nem a lei é cumprida no que concerne às regras de segurança. Em concreto:

- Deslocação do Monte do Bispo para Caria – primeiro permite-se o encerramento da escola, depois deturpam-se as obrigações autárquicas e deixam-se 3 crianças e respectivas famílias à beira de um ataque de nervos. Uma, os pais não a deixam vir à escola porque entendem, e bem, que o que existe não se adequa às necessidades do seu filho porque pode pôr em risco a sua segurança uma vez que o transporte não está de acordo com a legislação em vigor. Outras duas alunas têm de se levantar perto das 6h da manhã para poderem estar no Monte do Bispo a horas de serem transportadas para Caria. Afinal chegam à escola cerca das 7h45m para terem aulas às 9h e regressam a casa cerca das 19h. É obra! 12h fora de casa! Afinal 4 ou 5 Km de distância originam uma sobrecarga inimaginável em crianças de tenra idade!

Depois como não referir também o caso da Gaia e da Estação. O transporte sai às 17h quando as actividades no Centro Educativo terminam às 17h30m.

E por fim e com contornos revoltantes, o caso do aluno do 5º ano, da Gaia, que sofre de uma doença degenerativa que lhe limita gravemente a área motora, que se desloca numa cadeira de rodas com motor, que pesa mais de uma centena de quilos e a quem é dada a alternativa, impossível, de se deslocar no autocarro “normal” de transporte escolar!

Srs. Autarcas, Sr. Presidente:

Estamos a falar de escolaridade universal, obrigatória e gratuita e penso que não é necessário por mais na cartilha.”

**O Senhor António Manuel Gonçalves Rodrigues** Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte.

“Queria perguntar à Senhora Deputada Dulce se é contra o prémio Pedro Álvares Cabral, que é atribuído todos os anos ao melhor aluno da escola?”

**A Senhora Deputada** Maria Dulce Pinheiro (CDU).

“Em resposta à questão colocada quero dizer que a CDU nunca se manifestou contra este prémio, pelo contrário sempre o apoiou, mas desde a sua criação mais recente, aquilo que nós defendemos é que os critérios para atribuição desse prémio, deveriam ter por base critérios de justiça social e não de quem tem a melhor nota. Exactamente por aquilo que acabamos de explicar na intervenção que acabei de ler, porque julgamos que muitas das vezes quem tem as melhores notas não é de facto quem tem que se esforçar mais.”

**O Senhor Deputado** António Manuel Evaristo Duarte (PS).

“Gostaria de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal se já tomou alguma providência em relação à construção do Lar de Idosos de Caria e também se tem alguma coisa a adiantar relativamente ao processo de construção da cobertura do ginnodesportivo de Caria.”

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal** respondeu.

“A Senhora Deputada Dulce Pinheiro fez aqui afirmações gratuitas, na minha opinião, que gostaria de esclarecer uma vez que não correspondem á verdade. Isto leva que haja um entendimento errado das coisas reais do município o que é mau para o município e para si, porque faz aqui um «papel que não lhe assenta bem», mas por questões sindicais ou políticas falo e o problema é seu. Quando a senhora faz este tipo de afirmações é para por em causa tudo e denegrir tanto quanto e pode o Município.

O circuito do Monte do Bispo não é nenhum circuito de transportes públicos! É um circuito especial que foi contratado especialmente pela câmara para transportar os alunos daquela zona do concelho. Para rentabilizar o transporte a Direcção Geral de Transportes achou melhor que se transportassem também adultos no autocarro. Isto é exactamente o contrário daquilo que a senhora disse, não é um transporte de carreiras públicas, pelo contrário, é uma carreira especial onde vêm adultos com os meninos da escola.

Em relação ao caso do Miguel a senhora também sabe o que é que foi acordado com os pais, porque a integração do Miguel fizesse quando ele frequenta a escola como todos os meninos e que não deveria ter um tratamento preferencial para que não haja uma discriminação que o distinguisse dos outros. A integração faz-se na nossa opinião também dessa maneira e o que foi feito foi confrontar a transportadora e perguntar-lhe se estavam ou não preparados para fazer o transporte daquele aluno, o que foi respondido por esta que não tinham um autocarro preparado para o efeito, sendo assim o Miguel é transportado por nós sempre como o fizemos. Mas na sua opinião acha que tudo isto está errado, o que lhe fica muito mal fazer esse papel uma vez que a senhora até é professora.

Em relação ao horário de chegada dos alunos à escola, como sabe não podemos ter um transporte de acordo com o horário de cada família, e quando as crianças chegam cedo tem alguém que as acolha, porque a Câmara Municipal preocupou-se em contratar uma auxiliar que as possa receber e que lhe abra a escola para estas não estarem na rua até a abertura normal desta. É preciso ter a noção concreta e objectiva daquilo que se diz e da maneira como se diz. Fico triste porque a senhora me saudou por esta autarquia não ter aceite a transferência de competências do Ministério da Educação, porque vindo de vocês, de facto, é de duvidar.

No que concerne às questões colocadas pelo Senhor Deputado Evaristo apenas dizer que o Lar de Idoso de Caria já mereceu uma troca de correspondência com a Santa Casa e uma delas foi no sentido de Câmara Municipal se disponibilizar para indemnizar a Santa Casa pelo investimento que está feito, apesar de ainda não estar licenciado, e a câmara depois faria a obra. A Santa Casa respondeu que tinha meios para levar a avante este projecto e que iria fazê-la e a câmara está a aguardar que assim seja.

Relativamente ao processo da cobertura do ginnodesportivo esperamos pô-lo ainda este mês a concurso.”

**A Senhora Deputada Maria Dulce Ribeiro Pinheiro (CDU).**

“Sei que o Senhor Presidente gostaria que a CDU viesse aqui dizer provavelmente aquilo que compete dizer aos deputados da sua bancada que é elogiar a política autárquica que desenvolve no concelho. Mas como é natural a CDU é quem escolhe o momento e a forma do que diz o que diz. Infelizmente aquilo que aqui constato é que nós não

apresentamos insultos, nós apresentamos factos e os factos foram todos comprovados inclusivamente pelas palavras do Senhor Presidente. Realço como positivo que o caso do jovem da Gaia esteja a ser equacionado a sua resolução. Porque também gostaria de saber como é que o senhor reagiria se soubesse que a propósito da família ter chegado ao pé do Senhor Presidente e o senhor tenha dito com uma incompleta insensibilidade “Então? Queria que arranjasse um carro só para o seu filho?”, gostava também de dizer de qual era o sentimento que o senhor tinha quando confrontado pelo pai de duas das crianças do Monte do Bispo que têm que se levantar às seis da manhã para vir para a escola, e que responde “então queriam que viesse um autocarro e um carro particular atrás?” e o pai respondeu-lhe “a mim tanto me faz que venha atrás ou à frente, o que importa é que o problema esteja resolvido”. Porque é verdade aquilo o que o senhor disse e infelizmente é verdade, a rede de transportes em particular a do Monte do Bispo não está adequada à faixa etária a transportar, e como tal esse é que é um facto e é isso que a CDU de forma educada e atendendo daquilo que é os actos de cidadania, e dando corpo aquilo que são as reivindicações quem nos aborda, é esse o nosso papel é essa postura que nos caracteriza da forma que aqui estamos. Também referir que o seu discurso é contrariado quando nos acusa de “política de terra queimada” e depois admite que saudamos aquilo que está bem feito. Portanto Senhor Presidente se há alguém que tem de inverter o sentido e a forma do discurso e das suas acções não é a CDU mas sim o senhor.”

**O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** informou que naquele momento se registavam 20 presenças.

**O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia.**

“Há um ano nesta Assembleia Municipal, foi anunciado que o Centro de Saúde ia abrir aos fins-de-semana. Isso aconteceu no dia 13 de Outubro de 2007. Também nessa mesma assembleia o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte lançou aqui um repto da abertura do Posto de Enfermagem de Belmonte Gare, quero aqui dizer que este vai abrir no próximo mês de Outubro duas vezes por semana, e fará parte do circuito sul incluindo para além deste posto o Carvalhal Formoso, Malpique, Monte do Bispo e Caria, os restantes postos de enfermagem e extensões de saúde irão fazer parte do circuito norte do concelho, isto em termos de cuidados de enfermagem. Queria também referir que ontem saiu no Jornal do Fundão em que se fala na saúde no Concelho de Belmonte. Foi uma notícia que me agradou dizendo que a saúde chega a todas as localidades do Concelho de Belmonte. De facto que é verdade e apraz-me como Director do Centro de Saúde ler uma noticia desta natureza, mas, penso que esta noticia está incompleta, porque para além de alguns erros poderiam ser corrigidos o que não irei fazer aqui. Mas, penso que, a saúde do Concelho de Belmonte tivesse atingido este estado, teve o contributo de muita gente. Começando há uns anos atrás pela construção dos postos de enfermagem e extensões de saúde, a maior parte deles levados a efeito pela Câmara Municipal. Penso que será de bom-tom falar das pessoas que contribuíram para que a saúde em Belmonte tenha atingido este estado. E quero falar no Doutor António Rocha que como Director do Centro de Saúde na altura e depois como Presidente da Câmara Municipal foi responsável também pela construção dos postos médicos e abertura destes mesmos postos. Os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia que em colaboração com o Director do Centro de Saúde sempre estiveram atentos e sempre colaboraram no sentido de prestar as melhores condições de trabalho e prestação dos cuidados de saúde aos utentes, e referir também na colaboração de

algumas colectividades que souberam estar atentas. A Câmara que também contribui nomeadamente com a construção da extensão de saúde de Carvalhal Formoso e porque não o meu papel como Director do Centro de Saúde que acho ter sido um papel importante. Não podendo deixar de referir a importância do papel desempenhado pelos membros desta Assembleia Municipal que estiveram sempre atentos.

Se a saúde está bem no Concelho de Belmonte deve-se a um trabalho de equipa, que eu aplaudi e tenho colaborado sempre independentemente das áreas políticas de cada pessoa. Com isto beneficiou o Concelho de Belmonte e em particular beneficiou a população do concelho.”

**O Senhor António Manuel Gonçalves Rodrigues** Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte.

“O que ouvimos por parte do Senhor Presidente da Assembleia é uma notícia que me agrada bastante, porque, é mais uma promessa cumprida e merecida, para as pessoas de Belmonte Gare há muito tempo mereciam ter o Posto de Enfermagem ao serviço da população. Tanto quanto julgo saber o Posto de Enfermagem de Belmonte Gare irá abrir no início de Outubro duas vezes por semana, e relativamente a este assunto queria prestar a minha satisfação e regozijo, e deixar um agradecimento especial ao Senhor Director do Centro de Saúde de Belmonte, mas, também quero agradecer à Câmara Municipal e a todos aqueles que directa ou indirectamente contribuíram para abertura deste posto de saúde. Em nome da população de Belmonte Gare e na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte deixo aqui um muito obrigado a todos.”

**O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia.**

“O Posto de Enfermagem de Belmonte Gare está construído há uma serie de anos, foi construído pela Câmara Municipal na altura como presidente o Senhor Doutor António Rocha, e foi também equipado pela câmara e só não abriu naquela altura por várias razões e uma das quais se prendia com a falta de recursos humanos, principalmente falta de pessoal de enfermagem. Neste momento faz todo o sentido, uma vez que foram colocados mais dois enfermeiros no Centro de Saúde e até porque a população que acerca de dez anos era menos idosa e neste momento está muito mais idosa e mais necessitada nos cuidados de enfermagem, principalmente no que diz respeito à prevenção e ao tratamento. Por isso Belmonte ganhou mais um posto de enfermagem e está completa a rede de cuidados de enfermagem no concelho.”

**O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** informou.

“Foi criado na página Web da Assembleia Municipal de Belmonte um alojamento onde irá constar a ordem de trabalhos de cada sessão bem como a documentação inerente a cada uma. A ordem de trabalhos estará acessível ao público em geral que a queira consultar, já a documentação referente a cada sessão só será acessível aos membros eleitos da assembleia e executivo municipal através de uma senha de utilização. No futuro e para que se torne mais célere o acesso à documentação inerente à ordem de trabalhos, irá se disponibilizar on-line atempadamente a informação sobre a data de cada sessão bem como a ordem de trabalhos e sua documentação.”

#### **4 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

## **4.1 – FORUM SOBRE ASSOCIATIVISMO;**

### **O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia.**

“A Comissão Permanente reuniu para se pronunciar acerca deste assunto, e ficou decidido que a Assembleia Municipal iria levar a efeito um fórum sobre associativismo. A CDU fez-nos chegar uma proposta sobre o programa, esta proposta foi discutida na Comissão Permanente a qual mereceu um estudo aprofundado, mas a qual foi feita algumas alterações que foram aprovadas por unanimidade. No que diz respeito aos objectivos da iniciativa eles mantiveram-se. Segundo o que se aprovou este fórum vai ter três painéis, sendo dois de manhã e um à tarde. Os painéis da manhã são subordinados aos temas: “O associativismo como suporte das dinâmicas culturais e desportivas no desenvolvimento local”, e iremos convidar a Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, a Delegação Distrital do IPJ e Departamento de Sociologia da UBI, e “O papel do associativismo e do desporto no bem-estar biopsíquico social da população”, iremos convidar uma pessoa com capacidades e conhecedora deste assunto. No período da tarde um terceiro painel subordinado ao tema “Associativismo no concelho de Belmonte, diagnóstico e perspectivas”, aqui posso dizer que iremos convidar o Centro de Cultura Pedro Álvares Cabral, para se responsabilizar por este assunto. Não há ainda uma data prevista pelo que iremos trabalhar mais a fundo este assunto na Comissão Permanente, pelo que daremos conhecimento das decisões.”

### **A Senhora Deputada Maria Dulce Ribeiro Pinheiro (CDU).**

“Se me permitem nós tivemos na génese da primeira proposta, e como foi referido é uma proposta para ser trabalhada na Comissão Permanente. A Deputada Ilda foi quem esteve na comissão a trabalhar esta iniciativa, no entanto ela não tinha estado junto do grupo da CDU para trabalhar a inicial e falharam-lhe aqui alguns pontos que eu gostaria de deixar também para reflexão relativamente às adaptações que houve. Nomeadamente há um ponto em que se não for alterado temos alguma dificuldade em votar favoravelmente a proposta que é presente aqui. Um dos pontos que me parece é que o Departamento de Sociologia da UBI iria ser convidado a fazer um trabalho, mas foi decidido na Comissão Permanente que não se justificava pelo tempo que ia envolver e pelas verbas que ira implicar, uma vez já tínhamos o diagnóstico da Rede Social que podia cumprir os objectivos de aquilo que eventualmente o Departamento de Sociologia da UBI fizesse. Sendo assim e uma vez que o Departamento de Sociologia da UBI não estaria responsável por nenhum documento base, penso que também não se justificava que estivesse aqui presente neste primeiro painel da manhã, até para evitar a sobrecarga de ter muitos oradores e depois ter pouco espaço para o debate. Um segundo reparo na opinião da CDU não nos parece bem que uma vertente que tinha sido por nós proposta como uma vertente institucional, que era fazer o convite aos deputados da Assembleia Republica para virem apresentar um painel técnico, seja aqui substituído por um técnico, mas, não nos parece ajustado fazer a alteração de um painel que era institucional que dava no fundo credibilidade a esta iniciativa, esteja a ser substituída por uma que há um interveniente técnico a falar. A outra questão diz também respeito à associação que vai ser convidada, aqui com toda a delicadeza que isto envolve, o problema é o que as associações no concelho de Belmonte são associações que têm dinâmicas próprias, que muitas das vezes concorrem de forma sã entre si e outras vezes nem tanto essa forma sã de concorrer transparece, e receio que se «afunilar» um painel só para uma associação que haja aqui

algum ressentimento por parte das outras associações e que isso possa levar a uma não participação. Pelo que penso aqui deveria ser encontrada uma outra solução para dar cumprimento a este painel. A questão que me parece intransponível se não for alterado o tempo para debate de cada proposta, há aqui um desequilíbrio muito grande e pode ser factor também de não adesão por parte das associações a este fórum.”

**O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** esclareceu que o horário de debate das propostas será discutido a posterior na Comissão Permanente.

**O Senhor Deputado** António Luís Nave D` Elvas (PSD).

“Gostaria de fazer aqui um esclarecimento relativo à proposta da criação de um fórum sobre o associativismo. Esta proposta tem o mérito de ser apresentada pela CDU de uma proposta anterior elaborada e proposta pelo PSD em devido tempo, sentindo a necessidade de debater o associativismo no Concelho de Belmonte. Quando a proposta inicial do PSD foi apresentada, foi com o objectivo de por as colectividades a falar dos seus problemas e da forma de os resolver com os agentes locais e com os agentes nacionais. O debate é fundamental, aquilo que lancei por iniciativa própria foi que o complemento do Diagnóstico Social já existente por parte do Centro de Cultura, não que o Centro de Cultura pudesse vir a assumir aquele painel, mas, apenas o complemento, pegando no documento existente que é o documento social que já tem uma base de apoio forte e que viesse a ser complementado com a história do associativismo, ou seja fazer uma apresentação do que foi o associativismo ao longo dos anos no Concelho de Belmonte, sem que com isso o Centro de Cultura tivesse nenhum protagonismo a mais.”

**A Senhora Deputada** Maria Dulce Ribeiro Pinheiro (CDU).

“Na minha opinião a mesa da assembleia deveria fazer uma proposta de data para que possamos ainda na Comissão Permanente afinar os pormenores da operacionalização da iniciativa, porque se não a ideia está aprovada e corremos o risco de a não conseguirmos concretizar. Mas, parece-me que não estamos em condições de fechar o programa tal como foi apresentado, daí que é importante apresentar uma data e votá-la.”

**O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** propôs que houvesse uma nova reunião da Comissão Permanente para se definir um calendário para a realização do fórum.

**O Senhor António Manuel Gonçalves Rodrigues** Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte.

“Gostava que o Senhor Presidente da Mesa me esclarecesse o que o levou a ter incluído na ordem de trabalhos este ponto sobre o fórum do associativismo. Pela minha interpretação julgo não haver duvidas em que todos estamos de acordo na essência e entendemos que é urgente debater o associativismo, e julgo se este tema vem a assembleia, não vimos aqui para tratar do programa! Vimos aqui para dizer que estamos todos de acordo, independentemente da data, pelo que acho que tem que sair daqui a legitimidade para que na Comissão Permanente da Assembleia ultimar o programa mesmo que haja algum ponto em não possamos estar de acordo.”

#### **4.2 - INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO;**

**O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** começou por dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal.**

“Gostaria ainda de deixar um esclarecimento relativamente a intervenção tida pela Senhora Deputada Dulce ainda no período antes da ordem do dia. O conceito de transportes escolares assenta no conceito de transportes públicos. A primeira opção é o transporte público e nos casos onde não é possível é que recorremos aos transportes especiais que são contratados ou feitos pelas câmaras. Não se fique com a ideia que nós estamos a utilizar os transportes públicos como uma segunda alternativa para que tenhamos que fazer os circuitos especiais, porque, a legislação aponta para que se recorra em primeira análise à rede de transportes públicos. Como é óbvio implica que sejam transportados nesses transportes todos níveis etários, naturalmente temos acompanhado alguns casos especiais, efectivamente de crianças sozinhas que por força do encerramento de algumas escolas passam a frequentar outros estabelecimentos de ensino e percebemos a dificuldade de integração imediata e até a dificuldade que é para a criança movimentar-se num autocarro onde vêm vinte e oito alunos. Porque, o transporte que a Senhora Deputada referiu é um transporte especial que foi por nós contratado e que tem ligação com as escolas. Mas, no caso aqui referido penso que se estará a referir a duas irmãs que estão colocadas em escolas diferentes, pelo que foi aceite pelos pais que a menina mais nova viria acompanhada pela irmã, pelo que tudo isto seria pacífico e foi isto que ficou acordado. Referiu também uma criança que não está abrangida pelo transporte pré-escolar, pelo que gostaria que nos deixasse os contactos das pessoas que estão em causa para serem avaliados uma vez que não temos conhecimento dessas situações aqui referidas pela Senhora Deputada, e se for o caso para que os possamos resolver. No caso do Miguel os pais não falaram comigo durante este ano, falaram sim com o Agrupamento Escolar e com a Técnica Social e naturalmente isso foi entendido através desses responsáveis que nesta semana seria importante assegurar o transporte, de táxi se fosse o caso, ou seria transportado pelo próprio pai e na próxima semana a transportadora ou a câmara municipal asseguraria o transporte nas melhores condições. Pelo que o assunto não foi menosprezado nem esquecido, foi tratado da forma que deveria ser.”

**Senhora Deputada Maria Dulce Ribeiro Pinheiro (CDU).**

“Registo com agrado que haja aqui o compromisso público que o problema das três crianças do Monte do Bispo vai ser resolvido através de táxi. Porque o problema que aqui está não é como o Senhor Presidente o colocou, o problema que aqui está é que, encerrou uma escola, as crianças estão dentro da escolaridade universal, obrigatória e gratuita, as crianças tem direito nem que fosse só uma a ter um transporte adequado às suas necessidades, e as suas necessidades são de segurança, conforto, de horários adequados. Acha que uma criança de tenra idade está doze horas fora de casa para percorrer quatro ou cinco quilómetros é justo, é claro é óbvio e objectivo? É uma situação que se deva manter? Não acha que isto é uma prioridade a resolver?”

Relativamente aos professores das Actividades Extra Curriculares gostaria de saber quem é que os contratou? Como é que estão a ser remunerados, se através de contrato ou através de recibo verde? Qual o valor hora que estão a ser pagos? E também tenho que dizer que os

professores de Educação Física mais um ano têm de andar com o material de educação física na mala das viaturas próprias, pelo que isto é inadmissível que aconteça.”

**O Senhor António Manuel Gonçalves Rodrigues** Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte.

“No ponto quatro das informações que se refere à Construção do Complexo Desportivo de Belmonte, diz que foram já iniciados os trabalhos. Gostaria que me dissesse como estão a decorrer estes? Também quero aproveitar para dizer que há três meses atrás quando fui interpelado pelo Senhor Deputado Luís D’Elvas que me iria demitir se as obras do complexo desportivo não começassem antes do início desta época desportiva 2008/2009. Recordo-me que afirmei que estaria aqui hoje como Presidente da Junta de Freguesia ou como cidadão, e aqui estou, com muito orgulho e como Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte. Afinal parece que as promessas se vão cumprindo e se continuo orgulhosamente como Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte, também é porque, não sou só eu que tenho honra é, porque também houve mais alguém, nomeadamente o Senhor Presidente da Câmara que também honrou o compromisso que havia assumido de quer para comigo, quer para com a população. Estou orgulhoso com início desta obra, porque tem um prazo de execução de um ano o que quer dizer que estará pronta a ser utilizada antes do início da época desportiva de 2009/2010. Para mim na sua essência o importante é reconhecer que este é um equipamento fundamental para ajudar a dar continuidade e sobre tudo para ajudar a dignificar o excelente trabalho que tem vindo a ser desenvolvido com os nossos jovens, e esses sim tem sido verdadeiros embaixadores da nossa terra, levando e dignificando o nome de Belmonte ao longo de todos estes anos e em todas as localidades por onde tem passado. Mas vim aqui sobre tudo para me mostrar, para dizer que aqui estou e espero continuar e que desejo que daqui a um ano possamos estar todos na inauguração do Complexo Desportivo de Belmonte.”

**O Senhor Deputado** António Luís Nave D’Elvas (PSD).

“De facto que há três meses atrás eu vim aqui a «cobrar» umas declarações do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte, que teria dito que se demitiria se as obras do Complexo Desportivo de Belmonte não começassem a tempo da época desportiva, o que fica na dúvida porque não consigo confirmar, se era a época desportiva 2009/2010 se a que começou que se refere à época 2008/2009. Fiquei com a ideia que se tinha referido à época 2008/2009, sendo assim já aqui não estaria, e como está cá é porque se referia à de 2009/2010. Espero que o facto de obras terem tido início ainda nesta época, tenha significado no trabalho árduo e na pressão exercida sobre o executivo municipal por parte da sua pessoa, porque, estando ela na iminência de não se cumprir de não se fazer, deixame agradado que a sua intervenção tenha sido fundamental para que se fizesse. Em relação a propostas cumpridas podemos elencar duas, será que é suficiente? E quantas cumpridas se cumprem de forma errada! Aquelas que sendo cumpridas e tendo uma outra opção e essa opção significaria mais envolvimento, mais progresso, melhor aproveitamento por parte da população! Para lhe lembrar uma promessa não cumprida o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte lembra-se certamente da Igreja de Belmonte Gare?

Mas se ficar-mos contentes com o nosso pequeno campo de futebol, que em termos estratégicos possa estar bem situado, mas, que se trata apenas de um campo de futebol, não é nenhum complexo desportivo, que toda a área envolvente não está salvaguardada para

que em termos futuros possa vir a ser um grande pólo de desenvolvimento desportivo, social e de requalificação de toda aquela zona.”

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal** respondeu às questões que lhe foram colocadas.

“Gostaria de dizer a Senhora Deputada Dulce que a escola do Monte do Bispo já encerrou no ano passado, e o percurso escolar já foi feito desta maneira. Mas, não entendo a atitude escandalizada dos senhores deputados por eu ter perguntado se de facto estava tudo bem com a senhora deputada, porque, fiquei estupefacto porque não falei em nada daquilo que foi dito. O que falei foi apenas no caso do Miguel que tinha sido assegurado, se o pai assim o entendesse, o transporte em táxi e que os outros casos estavam resolvidos de acordo com as famílias e dentro do quadro legal. Não percebo porque vem dizer que eu tinha dito que ia resolver o problema das três crianças recorrendo a um táxi. Não quis ofender ninguém apenas perguntei se estava tudo bem e não vejo onde possa estar a atitude escandalizada de alguns senhores deputados, uma vez que não tinha nada a ver com aquilo que tinha dito.

Em relação à contratação dos senhores professores, foi feito um concurso, e contratamos acima dos valores da tabela a 12,46 € e através de uma selecção curricular.”

**O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** declarou que se iria passar ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

#### **4.3 – FIXAÇÃO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA O ANO DE 2008;**

**O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** começou por dar ao Senhor Deputado Acácio Bernardo Nunes Dias.

**O Senhor Deputado** Acácio Bernardo Nunes Dias (PSD).

“É esta Assembleia Municipal chamada a ratificar a proposta do Exmo. Executivo para fixação do Imposto Municipal Sobre Imóveis referente ao ano de 2008, a pagar pelos contribuintes no ano de 2009.

Sobre este assunto, é meu dever relembrar esta Assembleia de alguns pormenores que evidenciam que este imposto se está a tornar num imposto injusto, e exageradamente elevado, como aliás já foi reconhecido pelo actual Governo, sem que no entanto tenha sido tomada qualquer medida para concretizar as medidas anunciadas de redução do IMI.

Lembro aqui a intervenção do Exmo. Senhor Primeiro-ministro efectuada no dia 10 de Julho do corrente ano na Assembleia da Republica:

«Já a redução da taxa máxima de IMI de 0,8 para 0,7 por cento, no caso dos prédios não avaliados, e de 0,5 para 0,4 por cento, para prédios avaliados, beneficiará 1,7 milhões no primeiro caso e 400 mil proprietários no segundo caso.»

Estas e outras palavras sobre o IMI, constantes da intervenção do Senhor Primeiro-ministro foram aplaudidas pela população em geral e criticadas pelos executivos Municipais, mas por alguma razão em particular, estas promessas não foram até ao momento regulamentadas. Não se admirem senhores membros desta Assembleia. São as habituais

promessas do senhor Primeiro-ministro. De qualquer forma está reconhecido pelo Governo Central, que este imposto, o IMI, deveria baixar.

Por outro lado pensamos haver uma nítida diferença de valores tributáveis em função do valor patrimonial entre os prédios avaliados com base no código do IMI e os restantes, cujo valor tributável se baseia na actualização de valor com base no artigo 138º do código do IMI. Daqui resulta que os prédios novos serão sempre tributados por um valor mais próximo do seu real valor, enquanto que os prédios antigos, beneficiarão de uma tributação sobre o valor patrimonial que não corresponde ao seu real valor. Impõe-se obviamente a actualização de todo o património com base em critérios objectivos, como aliás se preconiza no código do IMI.

Considerando que a actualização com base no artigo 138º. Foi efectuada no ano de 2006, teremos nova actualização possivelmente no ano de 2009.

«Artigo 138.º

Actualização periódica

Os valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos são actualizados trienalmente com base em factores correspondentes a 75% dos coeficientes de desvalorização da moeda fixados anualmente por portaria do Ministro das Finanças para efeitos dos impostos sobre o rendimento.»

Está previsto no código do IMI que o Governo, através do Ministro das Finanças promoverá a avaliação de todos os prédios rústicos e ou urbanos através de Portaria, o que ainda não se verificou, mantendo-se consequentemente a injustiça a que atrás me referi.

Artigo 16.º

Avaliação geral

1 - O Ministro das Finanças decide, por portaria, a avaliação geral dos prédios rústicos e ou urbanos de todos ou de qualquer município.

Lembramos ainda aqui o N.º. 3 do artigo 112º do código do IMI, que poderá contribuir para uma redução das rendas dos prédios urbanos, contribuindo assim para que muitos prédios devolutos possam vir a ser ocupados e consequentemente aumentada a população residente em Belmonte.

Artigo 112.º

Taxas

1- As taxas do imposto municipal sobre imóveis são as seguintes:

- a) Prédios rústicos: 0,8%;
- b) Prédios urbanos: 0,4% a 0,8%;
- c) Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI: 0,2% a 0,5%.

2- Tratando-se de prédios constituídos por parte rústica e urbana, aplica-se ao valor patrimonial tributário de cada parte a respectiva taxa.

3- As taxas previstas nas alíneas b) e c) do n.º 1 são elevadas ao dobro nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano, considerando-se devolutos os prédios como tal definidos em diploma próprio. (redacção dada pela Lei n.º 6/2006, de 27 de Fevereiro).

Tendo em consideração a necessidade de cativar investidores, principalmente indústrias para o concelho, com vista à criação de postos de trabalho, penso que seria pertinente a redução da taxa de IMI para os edifícios industriais afectos à indústria.

Perante o que ficou exposto, apresentamos em alternativa a seguinte proposta para votação desta assembleia.

1. Taxa para prédios urbanos: 0,5%;  
Taxa para prédios avaliados nos termos do CIMI: 0,2%;
2. Concordar com a majoração proposta para os prédios degradados;
3. Aplicação do n.º 3 do artigo 112º do código do IMI aos prédios devolutos;
4. Redução do IMI para os edifícios industriais em 25% da taxa proposta e aprovada nesta assembleia, se legalmente aplicável.”

**O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra ao Senhor António Dias Rocha Vereador Municipal do Mpb.

**O Senhor António Dias Rocha** Vereador do Mpb.

“A certidão do executivo municipal referente a este ponto não está de todo correcta. Em relação à intervenção do Senhor Vereador Jorge Amaro esta está correcta, mas, a minha intervenção foi no sentido que tendo em conta as dificuldades que sabemos que são nacionais, que são também locais e que se transmitem a este concelho, tendo em conta as perdas de receita que estão evidentes nos documentos que nos foram apresentados, que estes valores eram um sinal de pouco desenvolvimento, pouco progresso. Provavelmente o Senhor Jorge Amaro estaria a pensar em ter outro tipo de votação e aceitou aquela que eu propus, porque, sei que acima de tudo e acima das divergências que possamos ter estão os interesses do concelho. Achamos que era o melhor que podia fazer, era apoiar esta iniciativa para dar mais uma oportunidade a este executivo, no sentido de conseguir resolver os problemas que nos preocupam. Mas isto não estava evidente na certidão e queria deixar bem claro, isto, uma vez que só consta da certidão, um pequeno parágrafo da minha intervenção e que foi muito mais que isso.”

**A Senhora Deputada Maria Dulce Ribeiro Pinheiro** (CDU).

“Quando na reunião de preparação que a CDU costuma fazer antes de qualquer sessão da Assembleia Municipal, equacionámos trazer uma proposta de redução das taxas para ser votada aqui, no entanto devo também dizer que devemos fazer fé nos números que nos foram apresentados pelo executivo e ficamos estarecidos, perante a redução drástica que este concelho tem recebido em termos da colecta cobrada aos munícipes. Pelo que decidimos não apresentar essa proposta e inclusivamente dar o voto favorável à proposta apresentada pela câmara. Do ponto de vista das orientações nacionais novamente voltamos a ter um primeiro-ministro que quer fazer «flores com o dinheiro e com a casa dos outros», porque, novamente voltamos a ter um primeiro-ministro que para cumprir uma promessa dos

impostos vem de certa forma «coagir» as autarquias que sejam elas a fazê-lo, e nós de facto conjugando estes dois princípios vimos que de forma responsável não podemos de forma alguma estar a fazer a tal política de «terra queimada» como alguns invocam, e de forma demagógica vir aqui propor um abaixamento desta taxa.”

**O Senhor António Manuel Gonçalves Rodrigues** Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte.

“Registei com agrado a proposta do Senhor Deputado Acácio Dias referente ao abaixamento da taxa do IMI para os edifícios para a indústria. Pelo que relativamente a este ponto da ordem de trabalhos e há proposta que nos é apresentada votaremos favoravelmente.”

**O Senhor Deputado** Acácio Bernardo Nunes Dias (PSD).

“Surpreende-me aquilo que aqui foi dito em contra ponto à minha proposta, porque, efectivamente dá impressão que não se apercebem das dificuldades que as pessoas tem em pagar este imposto, caso contrário teriam outra perspectiva segundo aquilo que nos é proposto. O que representaria para esta Câmara Municipal uma redução na colecta do IMI de 60 ou 70 mil euros? Mas, estes 60 ou 70 mil euros poderia beneficiar neste concelho se calhar 2 mil pessoas ou 2 mil famílias. Quantas despesas necessárias que às vezes as autarquias fazem que ultrapassam em muito estes valores? Quantas vezes se desperdiçam verbais com coisas menos necessárias? Pelo que mantenho a proposta e quero que seja submetida a votação.”

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal.**

“Esclareceu que o Concelho de Belmonte, no contexto geral, tem uma das taxas mais baixas de IMI a nível nacional. Mas, se por um lado queremos um abaixamento nas receitas, por outro lado não podemos depois vir reclamar mais investimento, porque, o investimento faz-se à custa das receitas. Relativamente aos casos sociais estes estão protegidos por lei.”

**O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** informou que se iria passar à votação da fixação do imposto municipal sobre imóveis para o ano de 2008;

A Assembleia deliberou, por maioria, com 12 votos a favor do PS, 1 voto a favor da CDU e 7 votos contra do PSD, aprovar para o ano de 2008 as seguintes taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis: Taxa para os prédios Urbanos 0,6%; Taxa para os prédios Rústicos 0,8%, Taxa para os prédios Urbanos avaliados nos termos do CIMI 0,3% e 30% de majoração para os edifícios degradados.

**O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** declarou que se iria passar ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

**4.4 – FIXAÇÃO DA TAXA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS, NOS TERMOS DO ARTIGO 20º DA LEI DAS FINANÇAS LOCAIS;**

**A Senhora Deputada** Maria Dulce Ribeiro Pinheiro (CDU) apresentou uma declaração de voto.

“Declaração de voto da CDU sobre proposta de participação variável do município de Belmonte no IRS para 2009.

No ano transacto a actual Lei das Finanças Locais passou a atribuir aos municípios em cada ano uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior. Cabendo à Câmara Municipal a faculdade de prescindir de tal participação, revertendo nesse caso tal benefício para os contribuintes. Perante uma lei que é fortemente penalizadora para as autarquias, o PCP considerou que esta possibilidade em concreto constitui uma operação inaceitável, já na assembleia municipal do ano passado do dia 14 de Dezembro de 2007, a CDU tomou posição contra esta possibilidade e aqui recuperamos os argumentos essenciais.

1. Porque, sendo para nós uma certeza que o desagravamento da carga fiscal em particular sobre os rendimentos do trabalho, é uma necessidade reconhecida a que o Governo e a Assembleia da Republica tem de dar resposta, seja pela revisão dos talões de tributação, seja pelo alargamento das deduções á colecta, o que não faz qualquer sentido é que, quanto a este imposto em concreto o desagravamento se possa fazer desigualmente de concelho para concelho ao sabor das necessidades financeiras da vontade política ou de meras opções demagógicas de cada município, fazendo perder a equidade nacional num imposto que é nacional.
2. Porque, a redução de impostos baseada apesar de algumas distorções em princípios de solidariedade e de justiça distributiva como é o caso do IRS, não deve ser feita à custa dos municípios.
3. Porque, os eventuais benefícios limitados e inexpressivos, que resultam para os cidadãos da opção dos municípios, poderem prescindir desta verba apenas por serem sentidos pelas camadas de mais altos rendimentos, tirando-se aos que menos têm para devolverem em dinheiro a que mais tem.

É neste quadro que procedemos à análise da proposta da Câmara Municipal de Belmonte em fixar 0% a participação variável no IRS para 2008.

No estudo que no ano passado se apresentou, demonstrou-se que em média os municípios vão receber cerca de 38 a 40 euros por ano, enquanto o município abdica de uma receita em 2009 de mais de 100 mil euros, que deve aplicar de forma solidária e responsável a favor da colectividade.

Significa que por um lado é irrisória a quantia devolvida aos municípios, como já foi dito vai para os bolsos de que maiores rendimentos auferem, sendo substancial a parte que o município perde, faz falta ao concelho e que pertence ao bem comum. Acrescentaria que prescinda-se de facto desta proposta da câmara e aplique-se o dinheiro na verdadeira reestruturação da rede transportes escolar do concelho.

Quando se apresentam as contas relativas à entrada de receitas cobradas pelo IMI, fica bem claro a forte diminuição de verbas que são arrecadadas no concelho.

Mais se justifica que esta proposta não se aprove.

Perguntamos ainda. Alguém acredita que um cidadão venha viver para Belmonte para receber mais 38 a 40 euros por ano? Alguém acredita que a qualidade de vida melhora quando se abdica de uma receita que deve ser utilizada justamente para melhorar essa qualidade de vida? Claro que não!

Mas, este caso suscita ainda uma outra análise, que é o caso da derrama, será que a isenção ou seja a não cobrança da derrama tem trazido mais investimento para o Concelho de Belmonte? Basta olhar à volta para concluir que não!

Note-se que segundo os dados disponíveis na Direcção Geral de Contribuições e Impostos, Belmonte regista 62 empresas com um volume de negócio superior a 150 mil euros, gerando um lucro tributável no valor de 4.637.629,80 euros. Se aplica-se a derrama apenas em 1,5%, isto é às grandes empresas traria uma receita de cerca de 70 mil euros, é pouco, mas, isentar o grande capital de impostos não é uma política que se pratique por diga que é de esquerda. E apesar de tudo esta é uma receita que se perde e que devia ser aplicada em benefício de todos.

Como a realidade tem demonstrado a menor arrecadação tributária conduz inevitavelmente à supro visão de bens públicos, atingindo diferenciadamente os diversos grupos sociais na medida em que aqueles que passariam a ser beneficiados as camadas de maiores rendimentos, não são os mesmo que se beneficiam dos serviços públicos. Que em virtude da perda de receita poderão eventualmente deixar de ser prestados ou até privatizados. Este tipo de medidas não só agravam as desigualdades, como tendem a produzir um baixo esforço fiscal conduzindo a uma estrutura tributária local regressiva, que atinge particularmente os factores imóveis em especial o trabalho menos qualificado, que assim terá de suportar a carga fiscal.

Por tudo isto e não só porque defendemos que o município de Belmonte não deve prescindir dos 5% do IRS como deve reflectir na aplicação da derrama sobre as grandes empresas.”

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal.**

“O objectivo desta proposta é unicamente criar mais incentivo à população continuar a trabalhar e residir no concelho como também um incentivo para aqueles que queiram vir radicar-se aqui. É também uma forma que encontramos de combater a desertificação que se tem vindo a verificar ao longo dos anos e assim não só manter as pessoas que aqui residem com também chamar outras que o queiram fazer.”

**O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** informou que se iria passar à votação da taxa de participação variável no IRS, nos termos do artigo 20º da lei das finanças locais.

A Assembleia deliberou, por maioria, fixar em 5% a redução da taxa de participação variável de IRS, para o ano de 2009 e a liquidar em 2010, nos termos do artigo 20º da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), com 12 votos a favor do PS, 7 votos a favor do PSD e com 1 voto contra da CDU.

**O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** declarou que se iria passar ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

#### **4.5 – CONSTITUIÇÃO DA RESIESTRELA – REALIZAÇÃO DE CAPITAL;**

##### **O Senhor Presidente da Câmara Municipal.**

“Como é sabido e já mereceu uma avaliação antes, numa altura em Câmara Municipal não reconhecia nesta empresa interesse, de forma que não achou necessário subscrever o capital social. Entretanto passou cerca de um ano as coisas alteram-se e naturalmente nesta altura as coisas já não são iguais e a câmara municipal percebendo isso achou que era conveniente assumir-se como accionista desta nova empresa. Esta empresa tem como objectivo de tratamento dos resíduos sólidos de uma forma selectiva à semelhança daquilo que fazia as Águas do Zêzere e Côa, e nesse sentido a Câmara Municipal de Belmonte achou por bem fazer parte desta, até porque, cada vez é mais necessário investir em campanhas de sensibilização na recolha selectiva dos resíduos e também criar condições para que esta seja feita. Também dizer que será a Resiestrela que ficará responsável pela colocação de ecopontos nos municípios associados e responsável pela sua recolha, daí também o interesse da Câmara Municipal de Belmonte em ser accionista.”

##### **A Senhora Deputada Maria Dulce Ribeiro Pinheiro (CDU).**

“Em primeiro lugar quero lamentar o facto de vir uma informação lacónica sobre este assunto, pelo que tive que procurar informação por outros caminhos. Pelo que percebi isto trata-se de um desmembramento da empresa das Águas do Zêzere e Côa, que prescinde do tratamento dos resíduos sólidos para passar a funcionar numa empresa à parte. De aquilo que também apurei esta empresa vai passar a funcionar nos mesmos moldes das Águas do Zêzere e Côa, isto é no regime de empresa multimunicipal, sistema este que a CDU não o defende porque os municípios ficam em menoridade de capital e como tal perdem a capacidade de decisão. A nossa proposta para estes sistemas vai no sentido em que adopte os sistemas intermunicipais em que aí sim os municípios ficam na posse não só do capital mas também da decisão e da gestão e controlam todo o processo. No entanto foi assim que foi constituída as Águas do Zêzere e Côa, já na altura nos abstivemos porque tínhamos serias reservas em relação ao processo, compreendemos que neste momento o município não tenha capacidade para ser autónomo para fazer o tratamento completo dos seu resíduos sólidos, e por isso vamos abster-nos dando também a nossa possibilidade de viabilização de aquilo que se propõe neste ponto.

No entanto gostaríamos de ver algumas respondidas face a esta matéria e neste contexto, de qual é o montante da dívida que a Câmara Municipal de Belmonte tem para com as Águas do Zêzere e Côa, qual é o montante que se está a pagar e se a dívida transitará ou não para esta nova empresa?

Um pouco por todo o concelho surge criticas relativamente á recolha selectiva dos resíduos, ou porque a recolha não efectuada atempadamente ou porque a localização dos ecopontos não é mais indicada enfim uma serie de reclamações. Pelo que deixamos uma recomendação à câmara para que faça um levantamento de todas estas dificuldades e deficiências e que intervenha de junto da empresa responsável.”

##### **O Senhor Presidente da Câmara Municipal.**

“Em relação aquilo que perguntou, nós temos as nossas contas que dizem respeito aos resíduos sólidos em dia. Em relação ao problema da recolha é também umas das principais razões pela qual nos tornamos accionista desta empresa para que todo este processo seja reformulado e adaptado á realidade das populações. No que concerne à transferência dos activos e passivos as coisas ficam praticamente como estavam, não há grandes alterações.”

**O Senhor Deputado António Luís Nave D`Elvas (PSD).**

“Esta é uma pequena certidão que não diz coisa nenhuma, pelo que solicito que nos seja solicitada uma informação mais adequada sobre todo este processo. Não é que isso possa ou não inviabilizar a votação deste ponto, mas, seria de bom grado que todos nós tivéssemos a noção mais detalhada daquilo que estamos a votar.”

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal.**

“Em relação a este ponto queria dizer que isto está publicado em Decreto-Lei, que está acessível a toda a gente onde tudo isto está definido.”

**O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** informou que se iria passar à votação da constituição da Resiestrela – realização de capital;

A Assembleia deliberou, por maioria, aprovar, Constituição da Resiestrela, realização de capital, com 12 votos a favor do PS, 6 votos a favor do PSD e com 1 abstenção da CDU.

## **5 – 2º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES MUNICÍPES:**

**O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao público presente.

**A Senhora Dulce Ribeiro Pinheiro.**

“Na qualidade de munícipe, hoje fui aqui vilipendiada, maltratada pessoal e politicamente, devo dizer que do ponto de vista política relevo os maus tratos, do ponto de vista pessoal não posso deixar passar em branco e penso que a única forma da pessoa que me maltratou poder de facto ser relevada neste sentido, era fazer um pedido de desculpas aqui nesta assembleia.”

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal.**

“Não quis ofendê-la em altura nenhuma, o que fiz foi perguntar se estava bem, na medida que estava preocupado consigo, porque aquilo que a senhora disse não foi nada daquilo que se tinha passado antes. Peço desculpa se a ofendi, porque não foi a minha intenção o fazer.”

**O Senhor José Armando dos Santos Amaro.**

“O Agrupamento Escolar e a Câmara devem saber atempadamente quantos alunos vêm de cada localidade para o Centro Educativo, e qual a melhor forma de os transportar mas isso não está a acontecer, porque, as viaturas que fazem o transporte das crianças em nada estão adequadas para o efeito. Porque se não veja se, cada criança que é transportada tem que ela própria transportar consigo além da mochila carregada de livros a cadeira para se poder ter as condições mínimas de segurança, isto é ridículo! Pelo que sugiro que a

câmara providencie as condições necessárias para o transporte com segurança e conforto das crianças que transporta.

Uma outra situação é a falta de adaptabilidade do Centro Educativo para as crianças que o frequentam, porque, uma criança de cinco anos não consegue por exemplo chegar ao urinol ali instalado para fazer as suas necessidades fisiológicas, além de ser incomodativo para a própria criança é também perigoso que uma criança que tenha que recorrer a uma plataforma elevada e improvisada para conseguir chegar ao urinol, uma vez que pode cair e causar sérias lesões.”

#### **O Senhor Presidente da Câmara Municipal.**

“Em relação às questões colocadas iremos abordar cada uma no sentido de colmatar estas deficiências.”

#### **O Senhor António Dias Rocha.**

“Na qualidade de munícipe. “Quem não se sente não é filho de boa gente”, é claro que vi a notícia no jornal do Fundão sobre a Saúde em Belmonte. Quero agradecer ao Senhor Presidente da Assembleia, até como meu antigo colega e colaborador, pessoa em que tive muita honra e prazer em aconselhar que fosse a pessoa que me substituisse no Centro de Saúde Belmonte, as palavras que dirigiu. E é neste sentido que a minha intervenção vai ser, porque, realmente estamos a um ano de eleições mas, as coisas tem que ser claras, diz o jornal do Fundão “Belmonte com rede médica já completa”. Como todos se recordaram saí do Centro de Saúde em Janeiro de 1994 para o lugar de Presidente da Câmara, e quando sai, ou seja ano final de 1993, já todas as freguesias e aglomerados populacionais do Concelho de Belmonte tinha assistência médica e aqueles que pela sua pequenez não tinham condições para a ter, tinham assistência de enfermagem, faltava apenas Belmonte Gare.

Como diz o Senhor Presidente da Assembleia e Director do Centro de Saúde de Belmonte, vai a abrir o posto de Belmonte Gare, mas também gostava de lhes dizer que deixei a Câmara de Belmonte em Julho de 2000 com o posto de enfermagem de Belmonte Gare concluído, não houve condições para abrir, mas, vai abrir agora. Mas para lhes dizer que desde há muito tempo o Concelho de Belmonte tem condições e uma assistência quer médica quer de enfermagem, com o apoio da Câmara Municipal da altura presidida pelo Senhor António Júlio, e comigo como Director do Centro de Saúde com uma cobertura quase total no concelho. Fico chocado quando vejo a notícia no jornal do fundão e o “seu a seu dono”, não quero mais de aquilo que fiz, mas, também não quero menos do que aquilo a que tenho direito, e aqui estou para lhes dizer muito em particularmente agradecer a coragem do Senhor Doutor Manuel Geraldês como Presidente da Assembleia num órgão político, a coragem que teve em afirmar o que afirmou. Sempre mereceu a minha consideração e continuará a ter, porque saberemos ser coerentes com aquilo que defendemos com seriedade.”

**O Senhor Presidente da Assembleia** propôs a aprovação de todas as deliberações em minuta, tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade.

E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada esta reunião, da qual eu, \_\_\_\_\_, Primeiro Secretário da Mesa, redigi, subscrevi e assino a presente acta.

O Presidente da Mesa

O Primeiro Secretário

O Segundo Secretário